

ORGANIZADORAS

Inês Vitorino Sampaio

Brenda Guedes

CRI@NÇAS, ADOLESC3NTES E JOV3NS

#riscos e #oportunidades na cultura digital

LABGRIM 20ANOS

RECRIA
Rede de Pesquisa em Comunicação, Infâncias e Adolescências

pimenta cultural

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C928

Crianças, adolescentes e jovens: riscos e oportunidades na cultura digital / Organização Inês Vitorino Sampaio, Brenda Guedes. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-320-2
DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-320-2

1. Crianças. 2. Adolescentes. 3. Cultura Digital. 4. Riscos. 5. Oportunidades. I. Vitorino Sampaio, Inês (Org.). II. Guedes, Brenda (Org.). III. Título.

CDD: 306.46

Índice para catálogo sistemático:
I. Cultura Digital
Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<https://creativecommons.org/licenses/>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	alenabutor, BalashMirzabey, coleccionaprocesocreativo, DesignUni, DC Studio, master1305, master1305plus, mego-studio, prostock-studio, user11472009, veresproduction, Wavebreak Media - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Barlow Bold, Belarius Poster
Revisão	As organizadoras
Organizadoras	Inês Vitorino Sampaio Brenda Guedes

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2024

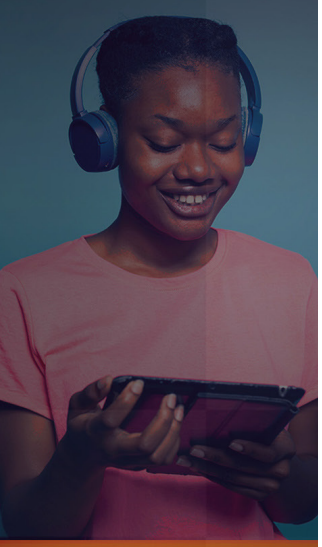
6

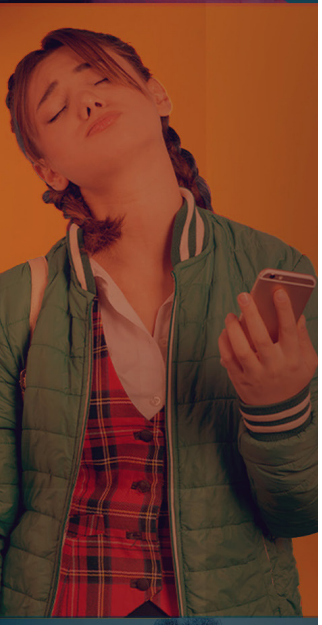
Thaís Helena Furtado

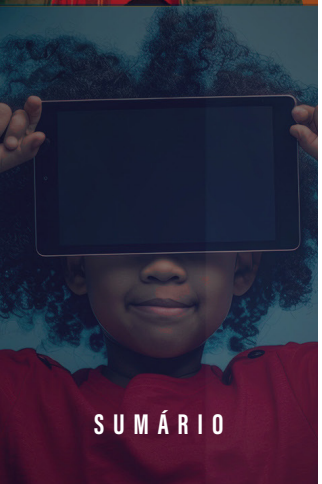
PENSAR O DEVIR-CRIANÇA E O JORNALISMO INFANTOFÓBICO:

AS REDES SOCIAIS COMO POSSIBILIDADE DE AUTORREPRESENTAÇÃO DAS INFÂNCIAS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-320-2.6





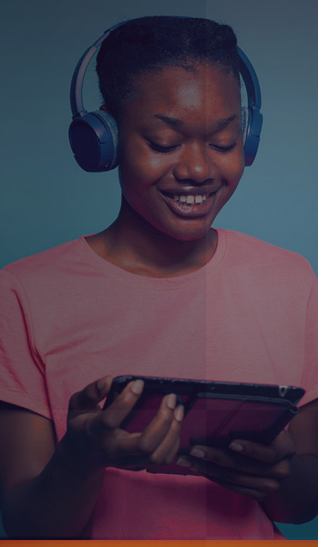


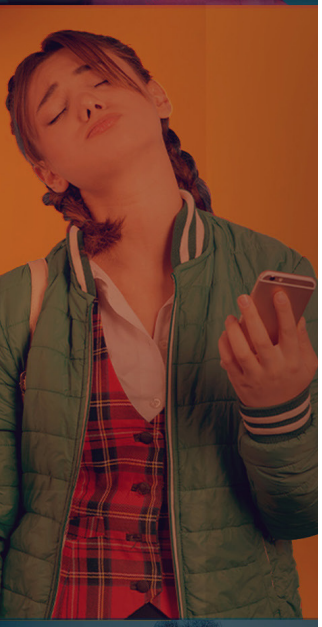
INTRODUÇÃO:
AS INFÂNCIAS COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

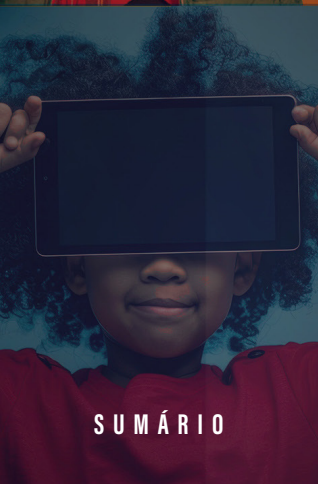
Levando em conta a importância que as infâncias adquiriram na contemporaneidade, olhar para as crianças é atualmente uma tarefa fundamental nas pesquisas em muitas áreas de conhecimento. Na comunicação, e especialmente no jornalismo, os estudos sobre as infâncias vêm se consolidando cada vez mais. Neste artigo, faço uma breve revisão teórica e histórica sobre a relação entre a infância e o jornalismo, começando por problematizar o conceito de infâncias sob as perspectivas de Michel Foucault e Gilles Deleuze. Em seguida, trago questões que envolvem a relação das crianças com o jornalismo hegemônico produzido hoje no Brasil e sobre a presença dos infantes nas redes sociais. A partir dessas reflexões, proponho o conceito de jornalismo infantofóbico.

Para começar a trilhar esse caminho, parto do pressuposto de que a infância é uma construção social. Seu conceito depende da época, da cultura, do lugar, da condição socioeconômica, ou seja, de inúmeros fatores que fazem parte do contexto em que meninos e meninas estão envolvidos. Se considerarmos o Brasil atual, por exemplo, veremos que até em uma mesma época e local as infâncias são plurais. Incluem desde as crianças de rua, as que sofrem com a violência e quase não têm contato com as mídias, até as que passam horas no celular, ou assistindo à televisão em seus quartos. A área da educação tem reforçado a ideia de que existem várias infâncias, o que "[...] possibilita que se atribua a esse conceito o caráter de uma construção social e se ponha em questão a sua universalidade" (Dornelles; Bujes, 2012, p. 14). Portanto, não é possível pensar na criança como um sujeito universal.

A noção que temos hoje do termo infância foi sendo construída com o tempo e, principalmente, a partir de uma visão ocidental. John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712–1778)



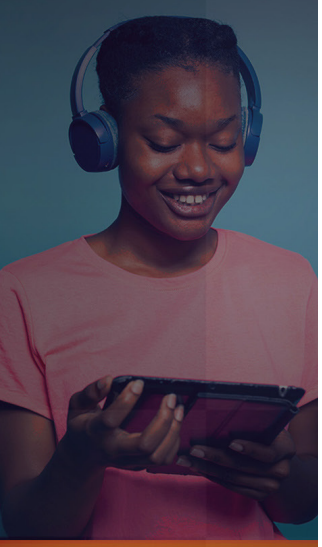


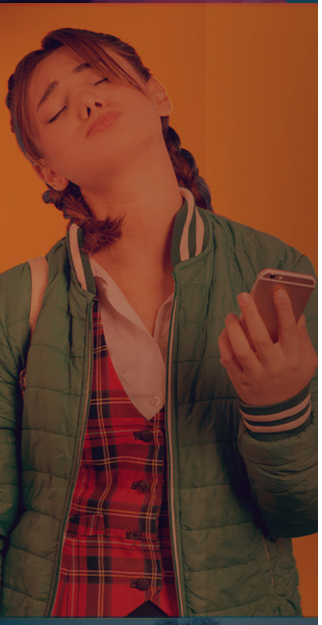


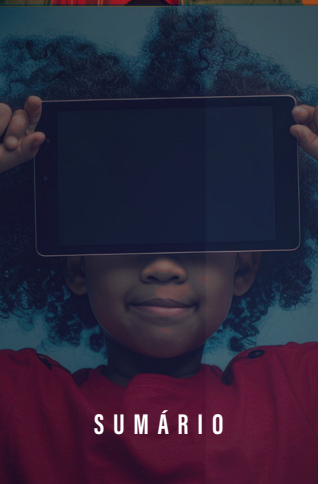
e Philippe Áries (1914-1984) são alguns dos autores que deram início às reflexões sobre infância, mas é impossível determinar com exatidão quando ela passou a ter o sentido que lhe atribuímos hoje. Se na década de 1960 Ariés (2006) se interessava por entender a criação da infância, foi a partir da década de 1980 que vários autores, principalmente nos Estados Unidos, passaram a se preocupar com a possibilidade do seu fim.

Entre esses pesquisadores, está Neil Postman (1999), que defendia que o desaparecimento da infância seria o resultado do acesso facilitado que as crianças passaram a ter aos conteúdos transmitidos pela televisão. Segundo ele, os "segredos" do mundo adulto foram liberados com a invenção da tevê, o que teria deixado de diferenciar adultos e crianças. Ao refletir sobre a ideia da "morte da infância", no entanto, Buckingham (2007) critica o peso que esses autores deram às mídias eletrônicas, como se a tecnologia fosse autônoma em relação a outras forças sociais. Para o autor, o público das mídias não é uma massa homogênea: "As crianças, em particular, são vistas implicitamente como passivas e indefesas diante da manipulação das mídias" (Buckingham, 2007, p. 60). Além disso, pela visão de Postman, a televisão seria considerada como se não exigisse nenhum investimento intelectual, emocional e imaginativo por parte das crianças que a assistem, ideia da qual Buckingham discorda.

Muito antes disso, Lev Vigotski (1896-1934), pelo olhar da psicologia, já destacava a capacidade imaginativa dos infantes. Para ele, a vida cotidiana oferece às crianças todas as condições necessárias para imaginar e criar: "Se compreendermos a criatividade desse modo, então é fácil notar que os processos criativos se observam em toda a sua intensidade já na infância precoce" (Vigotski, 2014, p. 6). Sendo assim, não faria sentido pensar que a televisão e outras mídias teriam o poder absoluto de transformar meninos e meninas em sujeitos passivos, como se fossem recipientes vazios sendo preenchidos.



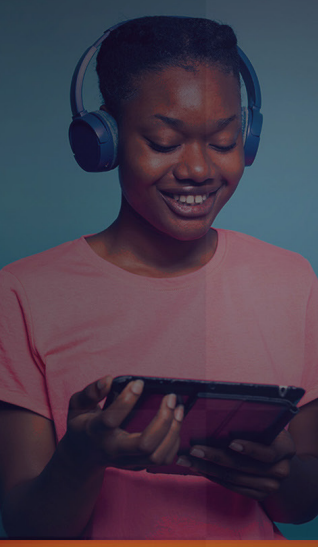


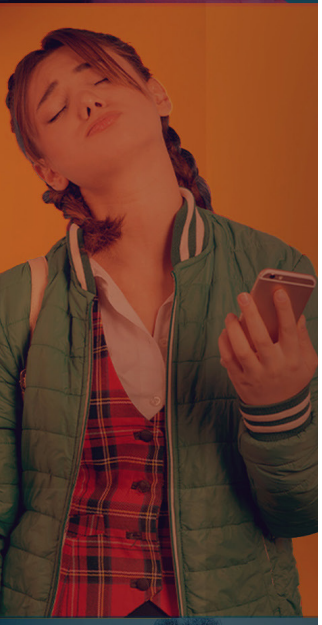


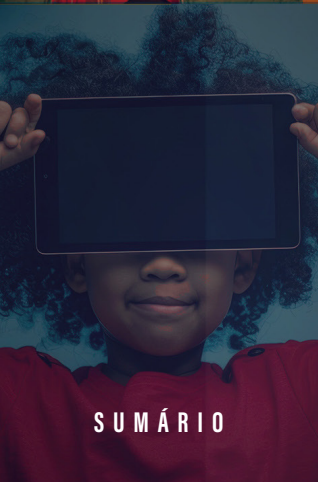
A antropologia já vem considerando a criança como um sujeito atuante desde a década de 1960, quando pesquisadores, ao rever conceitos da área, passaram a incluir os infantes em seus estudos de formas mais inovadoras: "Ao contrário de seres incompletos, treinando para a vida adulta, encenando papéis sociais enquanto são socializados ou adquirindo competências e formando sua personalidade social, passam a ter um papel ativo na definição de sua própria condição" (Cohn, 2009, p. 21). Portanto, a criança deixa de ser vista como um ser do futuro e passa a ser compreendida como um sujeito do presente, que pode e deve contribuir com seu meio social.

A sociologia da infância é outra área que colabora com esse debate ao dizer que "do ponto de vista da criança, a socialização constitui um processo de apropriação e de construção de mundo, por meio da participação ativa do indivíduo jovem, que intervém, age e interage com todos os elementos do seu universo" (Belloni, 2009, p. 82). A autora afirma que hoje as mídias são um dos principais elementos desse universo por terem grande impacto na sociedade. A relação das crianças com a internet e, especialmente, com as redes sociais é uma questão que, sem dúvida, passou a interessar aos estudiosos das infâncias, o que só demonstra como esse é um conceito construído socialmente, que vai se alterando com o tempo e que precisa ser pensado em toda a sua complexidade.

Levando em conta as reflexões desses autores, considero que o termo infâncias, no plural, é mais adequado por abarcar os diferentes perfis sociais, econômicos, culturais e históricos que as crianças têm. Sem deixar de considerar, é claro, que existem vivências que aproximam as gerações, inclusive para que as crianças possam ter seus direitos garantidos. A própria mídia – e, em especial, o jornalismo – também está sempre em transformação, fazendo com que a relação entre infância e jornalismo também esteja. É sobre a forma como o jornalismo deixou que as crianças se afastassem dele e se aproximassem das redes sociais que pretendo refletir.







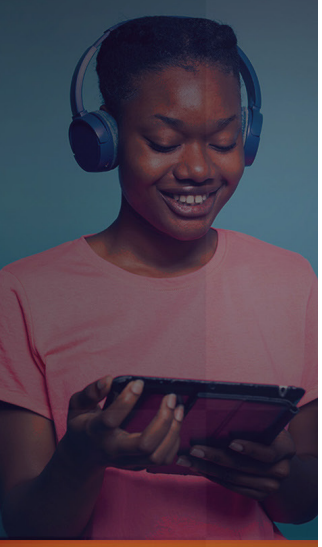
O DEVIR-CRIANÇA:
ESCAPANDO DOS ADULTOS

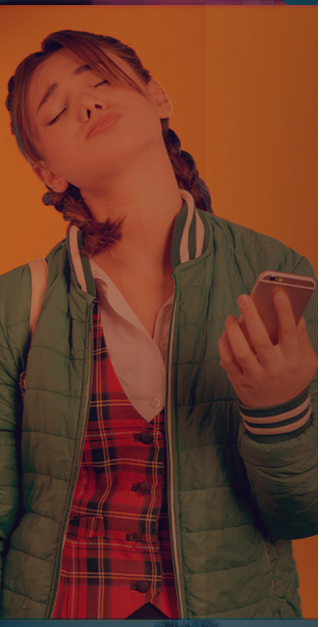
Antes de entrar especificamente no debate sobre a relação das crianças com o jornalismo e com as redes sociais, proponho examinarmos a forma como Michel Foucault e Gilles Deleuze enxergam as infâncias. Segundo Foucault (2006), a produção do sujeito infantil é resultado de uma relação de poder. Os adultos, para o autor, estão sempre procurando capturar as crianças com o objetivo de seu gerenciamento, tentando fazer com que elas não escapem daquilo que é normatizado – e, portanto, menos temido pelos adultos.

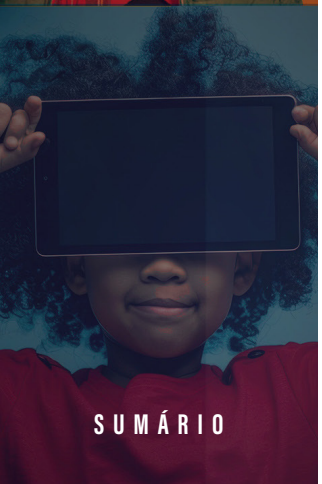
Já Deleuze (1992) traz a ideia do devir-criança, do estar sempre em transformação, de ser uma potência, ao que Dornelles (2010) chama de *criançar*. Jódar e Gómez (2002) tratam do conceito de devir-criança "[...] como processo criativo pelo qual as minorias se metamorfoseiam e escapam do controle social" (Jódar; Gómez, 2002, p. 31). Essas minorias, no entanto, não se caracterizam pela quantidade. A maioria seria aquela que está por dentro de um modelo considerado socialmente aceito. "Ao passo que a minoria não tem modelo, é um devir, um processo" (Deleuze, 1992, p. 214).

As reflexões de Foucault e Deleuze se complementam, pois, enquanto o primeiro fala de como o adulto tenta controlar a criança, o outro fala dessa intensidade constante que ela tem de achar brechas, não exatamente para ir contra o poder instituído, mas para escapar do controle e seguir sua potência criativa de viver. Deleuze (1992) se refere ao desejo e à necessidade que as minorias sociais têm de construir essa linha de fuga, de escapar quando se sentem excluídas e encarceradas por uma normatização da qual não fazem parte.

Em relação a esse encarceramento, Foucault (2006) apresenta a ideia de resistência dependente da noção de liberdade. Por mais discrepante que possa parecer, para o autor, só é possível



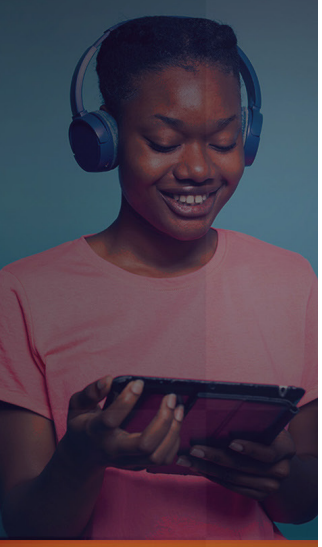


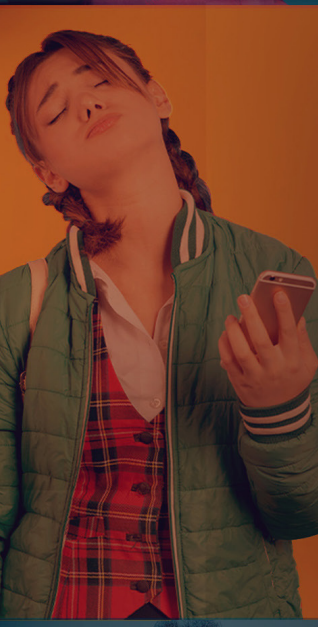


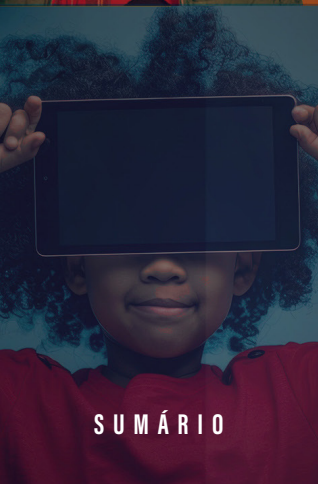
alguém exercer o poder sobre o outro se esse outro for livre. Aquele que é absolutamente controlado, sem ter nenhuma liberdade, não consegue resistir, nem encontrar linhas de fuga. E o caminho que Foucault aponta para o indivíduo conseguir resistir é se autogovernando, o que implica no cuidado de si e dos outros. Para ele, portanto, a criança que tem um mínimo de liberdade já é um sujeito que tem alteridade e o poder de resistir. Como explicam Jódar e Gómez (2002, p. 32), "quando se trata de encontrar uma saída é que se aprende. É ali, onde a vida se torna impossível, que ela cresce. É ali que se constrói uma linha de fuga que consegue escapar à sobrecodificação".

Continuando nessa temática, Foucault (2009; 2006) afirma que a principal forma de gestão da sociedade é o confinamento, que pode ser encontrado na escola, no quartel, na fábrica, no hospital, no cárcere – e aqui acrescento, mesmo que não se trate de um lugar físico, no jornalismo tradicional. Falo daquele jornalismo feito de forma extremamente padronizada, sem inquietudes e provocações, que busca, acima de tudo, o retorno financeiro. O jornalismo que só admite as vozes com poder social e clausura dentro de si os outros indivíduos em posições-sujeito pré-estabelecidas. Entendo as posições-sujeito pelo olhar da Análise de Discurso, como um lugar do qual o sujeito deve "falar" num contexto de produção específico. "[...] essas posições de sujeito são lugares que os indivíduos metaforicamente 'vêm ocupar.' São lugares construídos fora do discurso em questão, segundo determinações culturais, sociais e históricas" (Benetti, 2007, p. 117, grifo da autora). É nessa forma de organização que, muitas vezes, as minorias não se enxergam, por isso tentam resistir e fugir.

A criança vista como uma dessas minorias é a possibilidade do novo, que experimenta e explora a linha de fuga desse devir-criança e, assim, escapa. Jódar e Gómez (2002) apontam características que compõem o processo do devir-criança. Para os autores, a criança é uma habitante das margens, pronta para saber, aprender e criar. Ela ocupa o espaço em intensidade, enxergando, por exemplo,







a rua como um lugar de brincadeira, sempre diferente de si mesmo, de acordo com as suas próprias vontades. A linguagem infantil também escapa da formalização, por isso meninos e meninas inventam palavras. Por fim, a criança tem uma vitalidade imensa. "Seu saber é o do desejo e da alegria" (Jódar e Gómez, 2002, p. 42). Essas características revelam também a alteridade da criança, o cuidado de si e do outro e a consciência do coletivo.

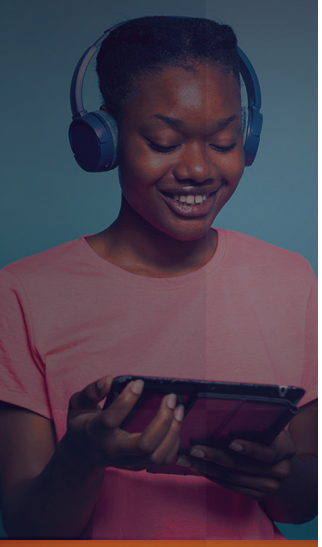
Hoje, as infâncias são formadas por um complexo de conexões que englobam a mídia. Para Foucault (2006, p. 266), "há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político". Como afirmam Dornelles e Bujes (2012, p. 13),

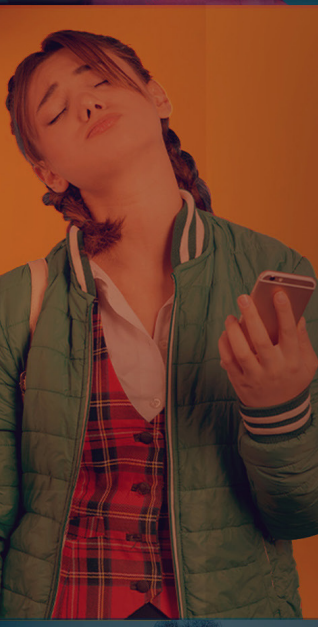
> [...] a sociedade tem uma relação ambígua/idealizada com a infância. Ao mesmo tempo em que percebe seu imprevisível potencial, o inusitado e surpreendente que a caracteriza, preocupa-se em manter sob controle uma infinidade de processos sociais para garantir um domínio sobre esse tempo de formação [...].

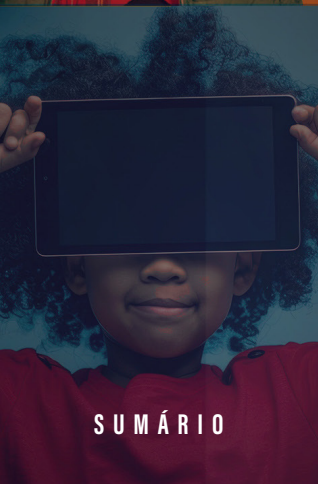
Considero que, como as demais "instituições", o jornalismo hegemônico, com suas características próprias, tenta governar as crianças, enquadrando-as numa prática formalizada e pouco maleável da profissão.

O JORNALISMO E AS CRIANÇAS

Em pesquisas anteriores – e acompanhando achados da área –, tenho demonstrado como o jornalismo brasileiro contemporâneo praticado pela grande imprensa tende a não incluir a voz de crianças em suas produções. Os estudos indicam que meninos e meninas são vistos pelos jornalistas como incapazes de externar opiniões sobre temas que fazem parte de suas vidas. Ao analisar as 52 edições







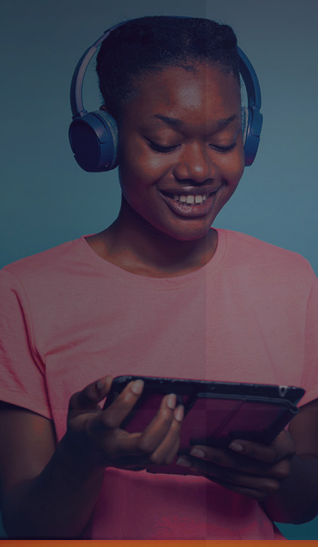
impressas da revista *Veja* do ano de 2019 (Furtado; Garcia; Bressan, 2022), por exemplo, constatamos que em apenas oito delas havia a presença da fala de um total de nove crianças. Dessas citações, três estão no modo direto – entre aspas – e uma no indireto, com o jornalista dizendo com suas palavras o que uma criança declarou. Mas nos chamou atenção que as outras cinco são citações que denominamos como híbridas, quando um adulto entrevistado declara algo que uma criança falou.

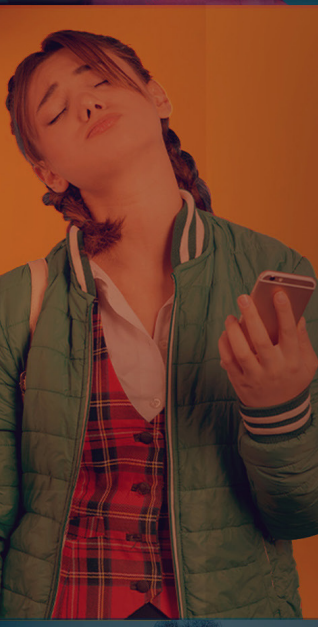
Além de serem ainda pouco incluídas, nas vezes em que são entrevistadas, as crianças tendem a ocupar posições-sujeito redutoras e forçadas pelo jornalismo. Uma delas é a da fonte jornalística que apenas proporciona entretenimento ao leitor[70], provocando risos com sua sinceridade e deixando o repórter constrangido e sem saber como agir por ouvir o que não esperava. Quando isso acontece em vídeo, essas imagens viralizam nas redes sociais, e as crianças são tomadas como ingênuas, ou espertas demais, e não como crianças ou sujeitos com a complexidade inerente a qualquer pessoa.

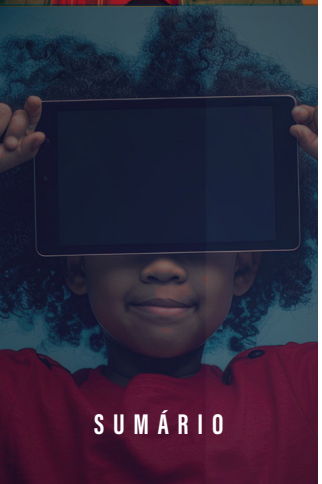
Muitas das fontes jornalísticas adultas, inseridas na lógica jornalística, já estão treinadas para atender a imprensa. As crianças, no entanto, em geral não têm essa preocupação, por isso encontram as brechas para escapar de seu agenciamento. Em pesquisa anterior (Doretto; Furtado, 2023), abordamos o período da pandemia de covid-19, quando jornalistas e suas fontes foram obrigados a trabalhar em casa, o que provocou dezenas de situações em que seus filhos acabaram entrando em cena e interferindo quando seus pais estavam ao vivo na televisão.

Quando esses momentos eram compartilhados nas redes sociais, era comum internautas comentarem que as crianças estavam atrapalhando a performance adulta e deveriam ser disciplinadas. Portanto, a ideia de disciplina relacionada à presença da criança

70 Com o termo leitor englobo todos os consumidores de conteúdos jornalísticos, independentemente da mídia em que são produzidos.





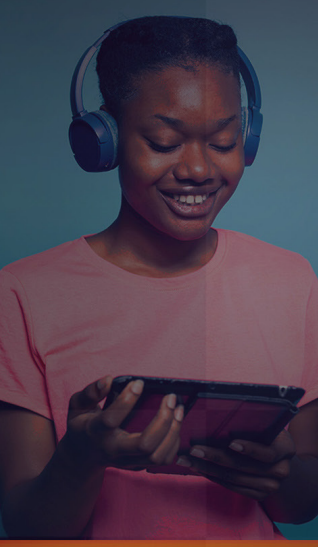


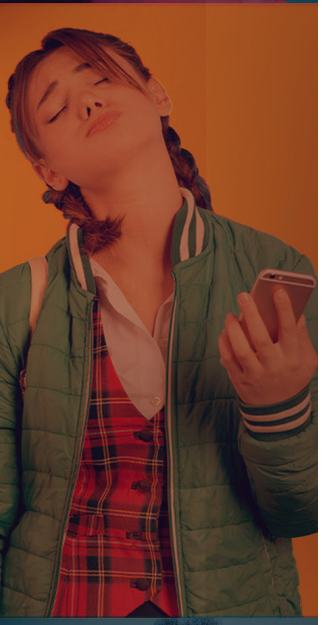
no jornalismo não é só dos jornalistas, mas também de parte da sociedade que já naturalizou a forma padronizada – e enclausurante – a partir da qual os jornalistas e suas fontes devem se comportar frente às câmeras. O que se espera é que os infantes sejam dóceis e controlados.

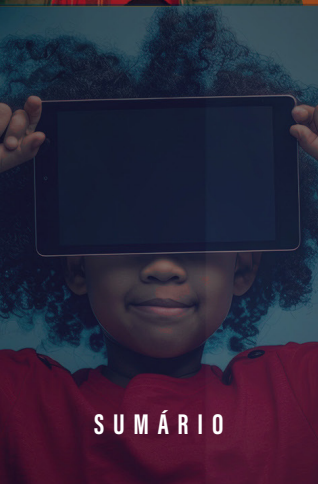
> Fica visível que o público identifica que existem regras, estratégias e comportamentos próprios à profissão – inclusive na relação entre jornalista e fonte. Com essas lógicas, que envolvem contrato de comunicação e representação, quebradas na pandemia – pelo menos nos episódios analisados –, parte do público consegue demonstrar empatia, mas outra parte significativa se mostra intolerante, mesmo num período difícil (Doretto; Furtado, 2023, p. 16).

Portanto, a espontaneidade e a sinceridade de meninos e meninas – características que fazem parte do devir-criança – podem colocá-los, nas produções jornalísticas, numa posição que diverte os adultos, ou que, ao contrário, provoca antipatia. Para os jornalistas, a fonte que escapa do controle causa medo. Isso não significa que todas as crianças sejam espontâneas e sinceras sempre, mas a possibilidade de serem tende a ser maior do que a de fontes adultas. Benetti (2013, p. 44) afirma que o jornalismo "estrutura-se a partir de noções de verdade e credibilidade". Parece irônico, então, que entrevistados que podem trazer pontos de vista diferentes dos adultocêntricos usuais – inclusive chegando mais próximo da "verdade" e, consequentemente, trazendo credibilidade – sejam evitados pelos jornalistas.

Em outro estudo, busquei compreender como a voz das crianças era incluída no conteúdo jornalístico da revista *Nova Escola*, uma publicação direcionada a professores, mas que trata de temáticas relacionadas à educação e, portanto, diretamente ligadas à vida das crianças. Nessa pesquisa, analisei um ano da revista, entre 2018 e 2019, o que totalizou um *corpus* de 11 edições. O que pude concluir foi que a revista representa a infância de forma institucionalizada.





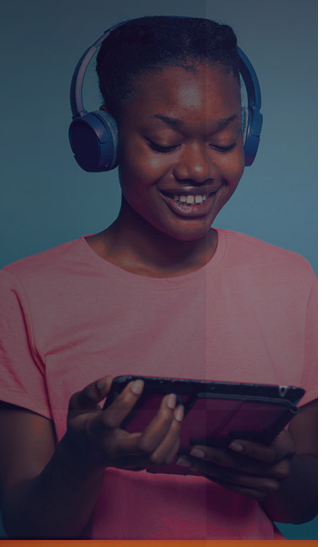


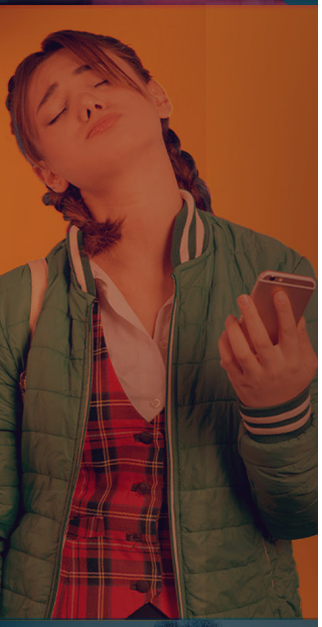
Isso porque somente 11 crianças foram incluídas como fontes nesse período, e elas aparecem nos textos principalmente para ocupar a posição-sujeito de reafirmar um trabalho que, pelo discurso da revista, está sendo bem realizado por professores ou pelas escolas. "Dessa forma, passam a ser sujeitos controlados pela instituição escola, mas também pelo jornalismo. Não há espaço para pontos de vista que rompam com o óbvio, o que seria, justamente, uma das grandes contribuições que meninos e meninas poderiam trazer para o jornalismo" (Furtado, 2022, p. 15).

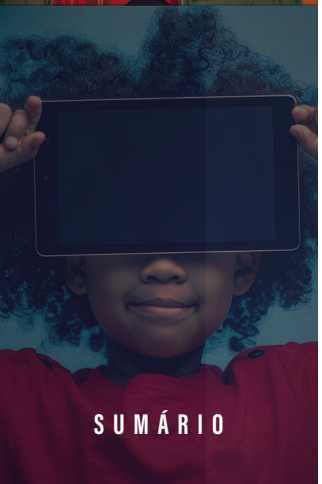
No entanto, não é somente nas posições-sujeito de ingenuidade ou de sujeitos institucionalizados que os jornalistas colocam as crianças. É comum que elas apareçam a partir de outros estereótipos, também com representações redutoras (Ponte, 2009; Doretto; Costa, 2012). É importante destacar que o conceito de estereótipo não é unânime entre os autores do campo da comunicação. Alsina (2005) diz que existe a tendência de considerarmos todos os preconceitos e estereótipos como ruins, mas o autor classifica os estereótipos em positivos, neutros e negativos. Os positivos e neutros são aqueles que geram, igualmente, julgamentos positivos ou neutros, mas os negativos são os mais preocupantes.

> Os estereótipos e os preconceitos negativos servem para justificar, em muitos casos, os privilégios e as diferenças intergrupais, pois eles não só são usados para dar sentido de forma instantânea, mas também para fazer uma classificação de acordo com uma ordem social. Determinados grupos são estereotipados de forma negativa e assim alimentamos uma atitude de discriminação e de exclusão (Alsina, 2005, p. 278).

Aqui, falo desses estereótipos negativos, que não permitem que as crianças sejam representadas de forma mais complexa. No estudo sobre as vozes das crianças na revista *Veja*, por exemplo, concluímos que elas eram representadas como pertencentes a dois grandes grupos: das crianças em risco e das crianças consumidoras.







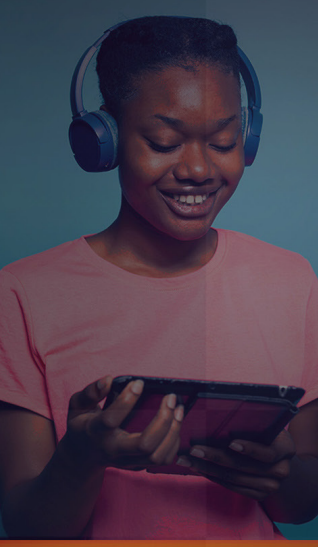
Ponte e Afonso (2009) também identificaram que os jornais de Portugal representam as crianças de forma redutora: a criança-aluno (aluno seu filho), a criança-ameaçada (podia ser seu filho), a criança maltratada (o filho dos outros) e a criança investida (os nossos filhos). As autoras concluíram que é incomum encontrar no jornalismo português crianças que não sejam sensacionais, ou celebridades, ou problemáticas, entre outras representações simplificadas.

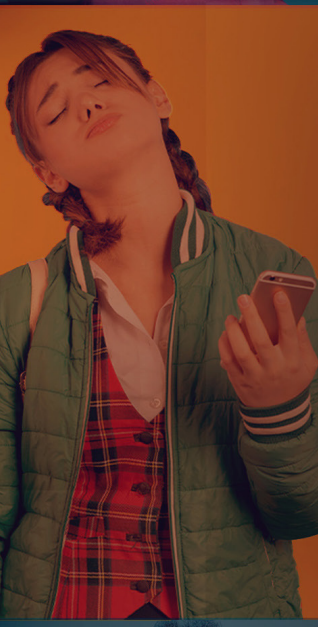
> É muito raro ver nos *media mainstream* a exploração de assuntos sociais ou políticos do ponto de vista das crianças – tanto em termos de como as crianças os percepcionam e entendem, como em termos como esses assuntos influenciam a vida das crianças. Por vezes as crianças são representadas mas, na maior parte das vezes, nem sequer são representadas de todo (Ponte; Afonso, 2009, p. 22).

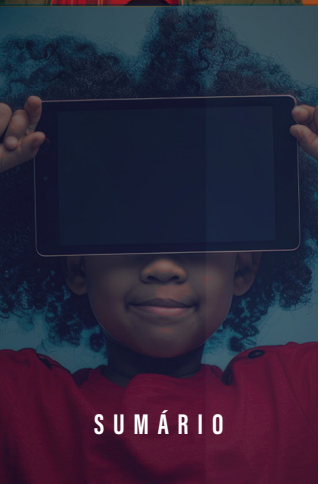
Além disso, Dornelles (2010) afirma que, na atualidade, surgiram novos discursos que os adultos – e aí não só os jornalistas – "inventam" sobre as infâncias e que as crianças buscam desconstruir. Essas novas posições são denominadas pela autora de infâncias *daguerra*, *dareligiosidade*, *doperigo*, *narua*, *nacyberinfância*, *dosbonecos*. "Trato destas infâncias como produto de uma trama histórica, cultural e social na qual o adulto que com ela convive busca gerenciá-la através da produção de saberes e poderes" (Dornelles, 2010, p. 4).

Mas se a voz das crianças raramente é incluída no jornalismo, suas imagens aparecem em grande quantidade, como pudemos comprovar em pesquisa sobre as fotografias de crianças publicadas na revista *Veja* em 2019, nas quais encontramos 202 imagens de crianças – lembrando que no mesmo período somente nove crianças tiveram a sua voz incluída na revista.

> Nessa sistematização, destacamos imagens que mostram as crianças do sul global em sofrimento, sejam as empobrecidas no Brasil, sejam as que enfrentam tragédias em países da África ou da Ásia, sejam as que vivem em risco em todas essas regiões. A elas se contrapõem representações de uma infância burguesa, branca e vivida em ambiente





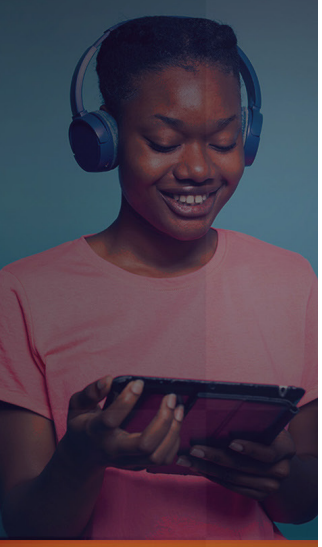


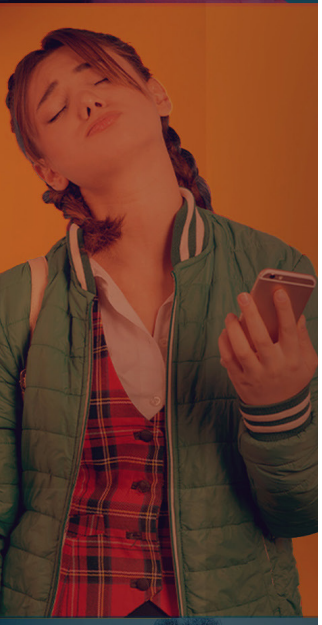
> privado, que remetem a um ideal moderno euro-americano. Dividem-se assim as infâncias entre aquelas que já usufruem do processo civilizatório prometido pela modernidade, as das elites socioeconômicas, e as que vivem em um mundo arcaico e não racional, ou pré-moderno, as das famílias empobrecidas (Furtado; Doretto, 2023, p. 23-24).

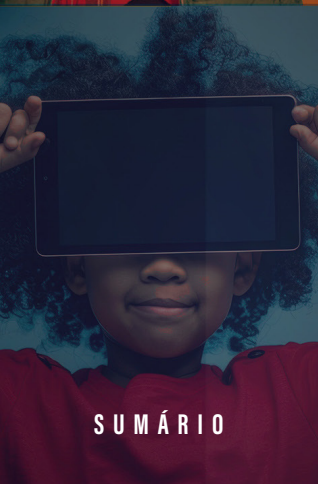
Mesmo nessas situações, as imagens das crianças não estão acompanhadas de suas vozes. São imagens que "falam por si", sem que o jornalismo se preocupe com o que a criança ali retratada pensa do assunto em pauta. Portanto, ela não está de fato incluída. Mais uma vez, a criança é apresentada de forma redutora e controlada. O conceito de "imagem bumerangue", proposto por Moraes (2022, p. 73), que seria "a recorrência discursiva sobre o local e as pessoas que nele habitam", ajuda a refletir sobre as fotografias de crianças nos produtos jornalísticos. São imagens que se repetem e reforçam estereótipos sobre diferentes infâncias de territórios também diversos, marcados por características econômicas e sociais.

Portanto, temos constatado que o jornalismo ou tenta gerenciar e disciplinar a criança como fonte, fazendo com que a sua voz preencha uma lacuna em uma notícia ou reportagem a partir de uma visão adultocêntrica; ou a afasta como fonte e, consequentemente, como leitora. Fischberg (2007) realizou uma pesquisa de campo com 59 crianças com idade em torno de 11 anos em duas escolas no Rio de Janeiro, uma pública e a outra privada, e constatou que as crianças gostam de ver outras crianças e suas opiniões nas reportagens. Ou seja, sem se enxergar de fato, as crianças não se interessam pelo jornalismo. Sendo assim, "[...] temos que permitir que as crianças se representem a si mesmas – para se tornarem não apenas objetos de representação dos adultos mas os autores de suas próprias representações" (Buckingham, 2009, p. 22).

Essas constatações se alinham às perspectivas que Foucault (2006) e Deleuze (1992) trazem sobre as infâncias. Como o jornalismo tenta controlar as crianças sem escutá-las verdadeiramente





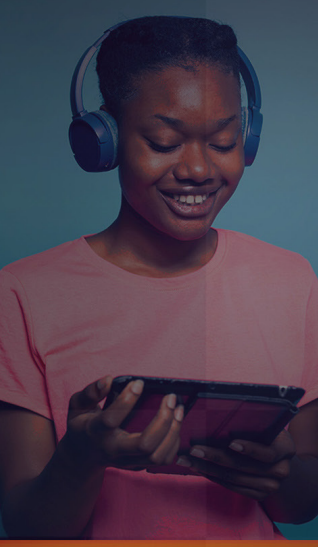


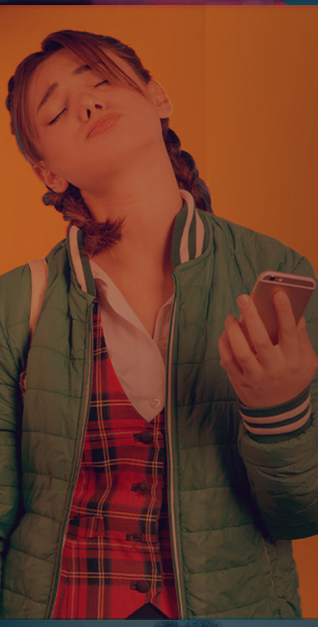
e sem entender seus pontos de vista sobre os fatos sociais que lhes dizem respeito, elas buscam pontos de fuga pelos quais escapam. Considero que esse seja um dos motivos – entre outros igualmente significativos – que levaram meninos e meninas a se afastar do jornalismo, tanto o direcionado para adultos quanto o voltado para elas, e a buscar nas redes sociais o espaço que precisam para externar seus pontos de vista.

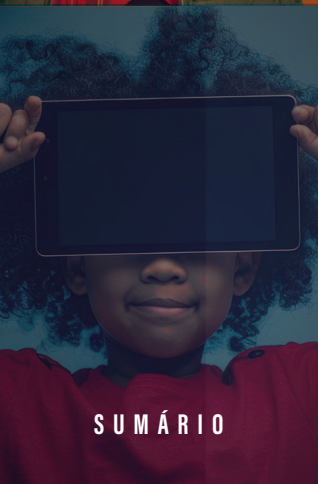
A FUGA PARA AS REDES SOCIAIS

No Brasil, a principal legislação sobre os direitos da infância e da adolescência é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). O ECA teve como base a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em 1990. Buckingham (2009) afirma que os direitos das crianças têm sido motivo de debate em vários países e que um dos principais pontos de discussão são os limites ou conflitos entre três direitos: à provisão, à proteção e à participação. Aos dois primeiros ele chama de direitos passivos e ao terceiro, de direito ativo dos infantes – sendo que este último, na sua visão, ainda é o que menos se cumpre. A grande questão é que esses três direitos podem entrar em choque.

Buckingham (2009, p. 18, grifo do autor) diz que "falar da 'liberdade de expressão' das crianças e dos seus direitos à *participação* na vida cultural oferece uma imagem das crianças como sendo capazes de definir ativamente as suas próprias necessidades e desejos" – ao que ele defende como uma forma de considerá-las cidadãs. Além disso, o autor inclui mais um ponto na discussão: o direito das crianças à representação – que igualmente defendo aqui. Essas questões são importantes no debate que trago porque esses direitos se conectam diretamente às mídias e especialmente ao jornalismo.



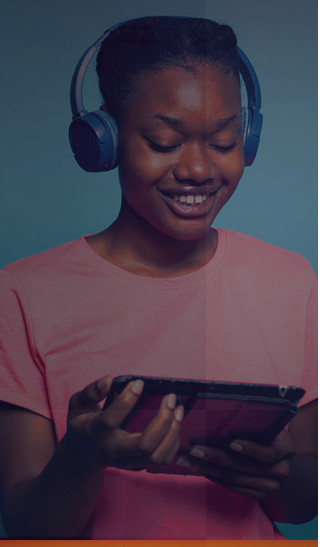


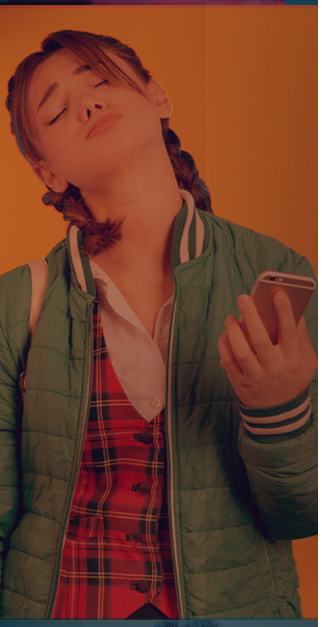


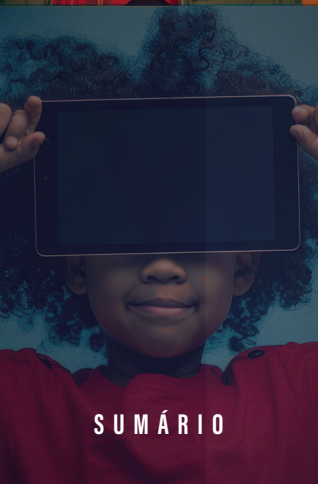
Os direitos à provisão se relacionam ao acesso que as crianças precisam ter à educação, saúde, cultura, lazer, entre outros. É uma das finalidades jornalísticas fiscalizar o poder e defender a democracia (Reginato, 2019), o que inclui cobrar das instituições de poder que esses direitos sejam de fato assegurados para todas as infâncias, e não só para as mais privilegiadas. E é importante destacar que as crianças devem ser escutadas para que possam, elas mesmas, dizer do que necessitam.

Em relação ao direito de proteção das crianças, é possível afirmar que há um consenso sobre sua necessidade, entretanto, a definição de proteção nesse caso não é unânime, principalmente se levarmos em conta o contato que meninos e meninas têm com a tecnologia e com a mídia em geral, especialmente com as redes sociais. De acordo com a pesquisa TIC *Kids Online* Brasil 2023[71], 95% da população de 9 a 17 anos é usuária de internet no país, o que representa 25 milhões de crianças e adolescentes. O celular é um dispositivo de acesso para 97% dos usuários. A pesquisa, que é realizada desde 2012 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) para compreender de que forma a população de 9 a 17 anos utiliza a internet e como lida com os riscos e as oportunidades decorrentes desse uso, constatou que o primeiro acesso à internet por crianças brasileiras está ocorrendo cada vez mais cedo. Em 2015, 11% dos entrevistados relataram ter começado a se conectar à rede na primeira infância (até os seis anos de idade), enquanto que, na última pesquisa, essa proporção passou para 24%. Ou seja, é possível perceber uma inevitável fuga das crianças dos meios tradicionais de comunicação, que incluem conteúdos jornalísticos, para as redes sociais – mesmo que não necessariamente para consumir notícias e reportagens.

71 Disponível em https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/. Acesso em: 3 dez. 2024.





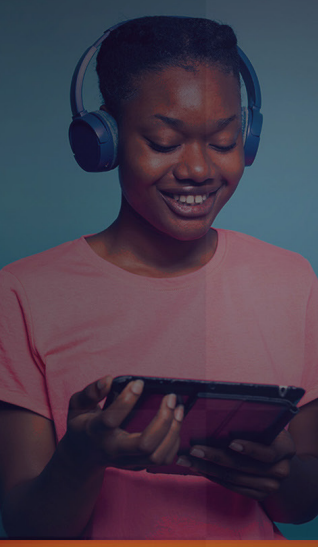


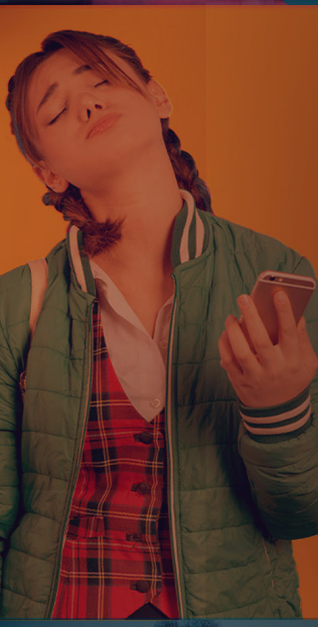
Um suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgado em agosto de 2024[72] pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que a proporção de domicílios brasileiros com sinal de televisão e de assinatura de serviços por tevê fechada tem caído. O número ainda é bastante alto, mas, em 2023, 5,7% do total de lares do Brasil não tinham televisão, enquanto que em 2016 o percentual era de 2,8% e em 2022, 5,1%. A presença da televisão em casa é uma das formas de as crianças terem acesso às notícias, mesmo que estejam somente no ambiente em que os adultos estão assistindo aos telejornais.

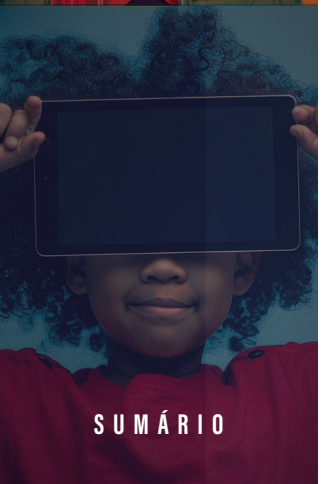
Sobre o uso da internet e de jogos eletrônicos por crianças, Schwartz e Pacheco (2021), a partir do olhar da psicologia, destacam benefícios e riscos dessa prática. Entre os pontos positivos estão a aquisição de línguas estrangeiras, melhora na atenção e nas habilidades viso-espaciais e aprimoramento nas habilidades de leitura. Entre possíveis consequências negativas, estão o desenvolvimento de problemas físicos, sociais e psicológicos, assim como aumento de agressividade, dificuldade nas relações interpessoais e distúrbios do sono. As autoras falam também do *cyberbullying* e do recebimento de solicitações sexuais indesejadas e destacam a importância dos pais gerirem a utilização das mídias pelas crianças e pelos adolescentes, até porque o domicílio é o local em que eles mais utilizam a internet.

> Portanto, o uso das tecnologias pode ser considerado positivo, oferecendo experiências enriquecedoras e sendo um facilitador para a aprendizagem, assim como pode envolver riscos devido à exposição das crianças e dos adolescentes (Spizzirri, *et al.*, 2012). Percebidos tais riscos, considera-se essencial a participação e o monitoramento parental a fim de auxiliar seus filhos a fazerem uso das tecnologias de forma saudável e positiva. A partir de tais achados, reforça-se a importância da realização de práticas de conscientização e de esclarecimento para pais, profissionais, professores, e para as próprias crianças e

72 Disponível em: https://tinyurl.com/wy236nkv. Acesso em: 3 dez. 2024.





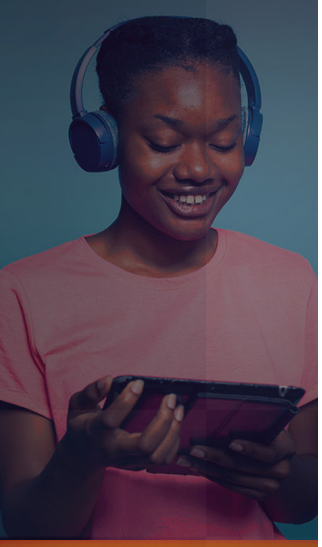


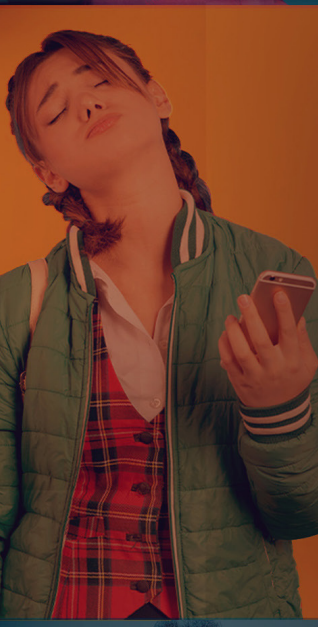
> adolescentes acerca do uso das tecnologias (Schwartz; Pacheco, 2021, p. 227).

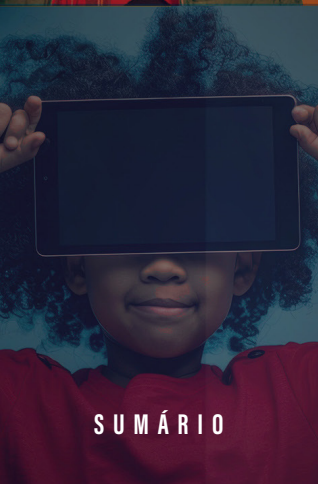
Mas se as autoras se preocupam com o monitoramento parental no uso da internet por crianças e adolescentes, há um outro comportamento por parte de pais e mães bastante comum na atualidade: o compartilhamento frequente de imagens de seus filhos pelas redes sociais, prática chamada de *sharenting*. Assim, os adultos, que teoricamente deveriam proteger as crianças de exposição excessiva, compartilham "[...] conteúdo sobre os seus filhos, sejam fotos de viagens, momentos de lazer, conquistas com relação ao desenvolvimento, presentes, enfim, com o intuito de disponibilizar aos que acompanham a família nas redes, seja direta ou indiretamente" (Oliveira Júnior, 2021, p. 34).

O autor considera que a exposição excessiva das crianças – incluo a observação de que isso acontece muitas vezes sem ao menos os adultos pedirem autorização delas – pode ameaçar direitos "como dignidade, respeito e liberdade, assim como [de] imagem, privacidade e intimidade, mesmo quando o autor da suposta ação for a família" (Oliveira Júnior, 2021, p. 34). E ele lembra que esses direitos são assegurados pelo ECA. Portanto, a proteção necessária das crianças, se relacionadas à internet, é um tema bastante complexo. Buckingham (2009) considera que, mesmo que as famílias tentem proteger as crianças de conteúdos considerados perigosos, isso é praticamente impossível. Até porque em muitas famílias e mesmo nas escolas crianças podem ter competências digitais superiores às dos adultos, o que faz com que elas facilmente encontrem as brechas para escapar do controle em relação às redes. O autor, então, propõe um outro caminho:

> [...] temos de caminhar em direção a um sistema que comporte auto-regulação – não apenas por parte dos pais mas também pelas próprias crianças. Temos de sair de um ponto de vista que apenas vê como podem os adultos proteger as crianças para passar a pensar





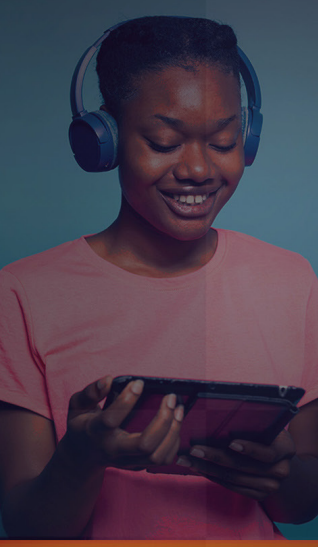


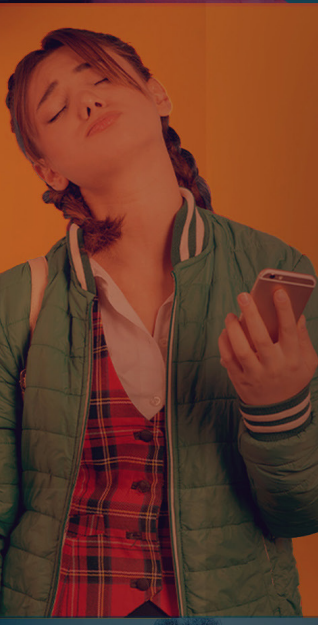
> sobre como as crianças se podem proteger a si mesmas (Buckingham, 2009, p. 19-20).

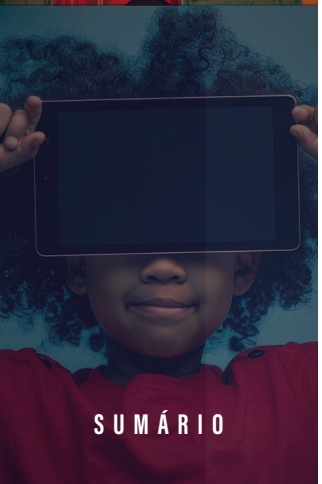
No entanto, os direitos que mais interessam às reflexões que estou propondo aqui são os de participação e representação. Como apresentei anteriormente, esses dois direitos não vêm sendo assegurados às crianças pelo jornalismo. Mas não é somente o medo das crianças por sua provável sinceridade, como já tratei, que fazem que os jornalistas não entrevistem crianças. Há também o temor das consequências legais. Verificamos isso em outro estudo (Furtado; Doretto, 2020), em que analisamos os manuais de redação dos cinco maiores jornais brasileiros. Identificamos que esses manuais, entendidos por nós como discursos autorrepresentativos, se referem às crianças e aos adolescentes apenas como seres protegidos pela lei, salientando o direito de proteção, mas ignorando o direito dos infantes à participação social.

> E é o receio da punição que rege a redação dos verbetes, ressaltando o descumprimento da legislação que a reportagem pode gerar, e não a preocupação com a criança como cidadã a quem o jornalismo deve servir. Ainda que haja incongruências não resolvidas na legislação em relação a esse balanço entre proteção e participação, é exemplar o fato de que nenhum dos jornais analisados incentiva a escuta de crianças e adolescentes em reportagens em que elas são protagonistas, por exemplo (Furtado; Doretto, 2020, p. 50).

É claro que os jornalistas não seguem à risca o que dizem os manuais de redação, mas os resultados que diferentes estudos contemporâneos sobre jornalismo e infância vêm obtendo se somam para concluirmos que, de fato, os jornalistas sentem-se desconfortáveis e até têm medo de entrevistar crianças – e os manuais reforçam esse temor por realçar a proteção das crianças como algo que apaga seu direito à expressão de ideias. Uma pesquisa realizada por Marôpo (2015) com jornalistas brasileiros e portugueses é mais uma que corrobora com essa conclusão. A autora entrevistou 11 jorna-





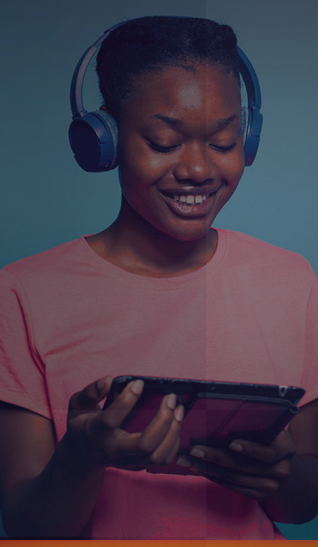


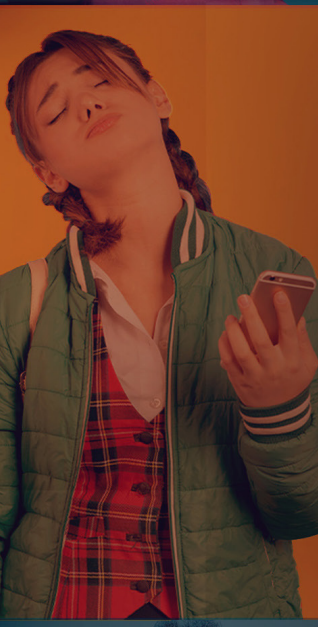
listas brasileiros e 10 portugueses para compreender as razões da escassez da voz de crianças e jovens nas notícias. Eles responderam que não se sentem preparados para entrevistar crianças e têm dúvidas de como e quando devem ouvi-las.

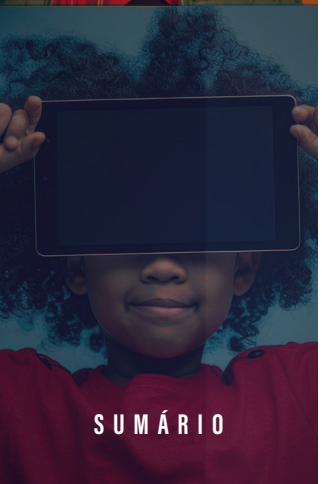
> Sentem-se aos mesmo tempo criticados por exibir as imagens e identidades das crianças e por não lhes dar voz. Afirmam também que as crianças são desvalorizadas como fontes porque não ocupam posições representativas na sociedade. Os jornalistas reclamam que as instituições – escolas, ONGs, centros de acolhimento, entre outros – dificultam o acesso às crianças e não incluem os pontos de vista destas nos seus relatórios (Marôpo, 2015, p. 13).

Os entrevistados também afirmaram que é mais fácil na rotina jornalística recorrer a testemunhos indiretos dos adultos responsáveis pelas crianças ou de especialistas, como pediatras, psicólogos, pedagogos, entre outros. Essa noção do fazer jornalístico é mais uma que coloca em primeiro lugar a rapidez, a padronização, a simplificação do trabalho acima das finalidades do jornalismo (Reginato, 2019), sobretudo a de esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade, incluindo as crianças como fontes e cidadãs com direito à participação e à livre expressão. Dessa forma, o jornalismo hegemônico se mostra também etarista, termo mais utilizado para se referir à forma como os idosos são tratados na sociedade, mas que também se refere às crianças, pois o etarismo é justamente o preconceito manifestado contra pessoas por conta de sua idade.

Outras pesquisas constataram que as crianças querem entender melhor o que acontece em seu país e em sua cidade e consideram importante se informar, mas acham que o jornalismo contemporâneo tem uma linguagem entediante e aborda excessivamente temas violentos e tristes. Delorme (2008, p. 2012), ao entrevistar 20 crianças de 7 anos em uma escola municipal na zona oeste do Rio de Janeiro, identificou que elas chegam a ter repulsa pelas notícias, pois têm "expectativa de que a televisão divirta, entretenha, informe





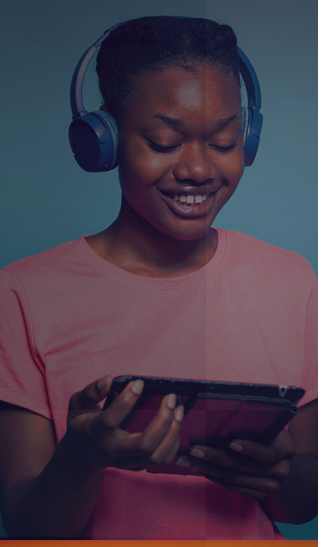


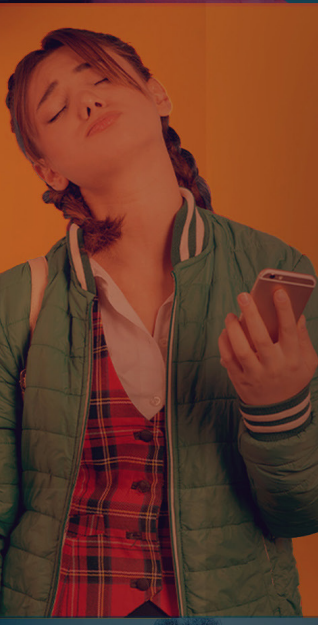
e alegre a vida delas, o que torna fácil perceber por que os telejornais e as notícias da televisão não lhes são agradáveis nem divertidos". Sales e Doretto (2015), também entrevistando crianças, no caso da periferia de São Paulo, compreenderam que as mais novas se informam principalmente pela televisão, enquanto as mais velhas consomem mais notícias na internet, onde nem sempre são produzidas por jornalistas em canais profissionais, mas sim por qualquer pessoa no YouTube e em outras redes sociais.

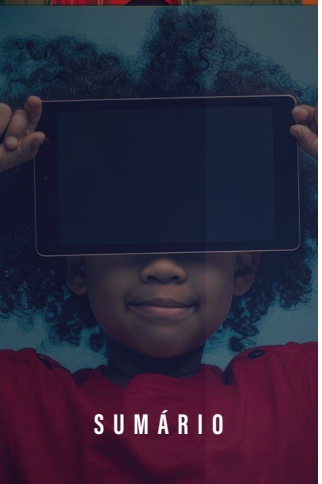
Cabe ainda ressaltar outra questão: se as crianças formam um grupo social que é deixado à margem pelo jornalismo, as crianças periféricas são ainda mais invisibilizadas, silenciadas ou tratadas por estereótipos negativos. São também mais temidas pelos jornalistas. Momo (2012, p. 45), pensando nas relações dentro da escola, afirma que aquilo que não conseguimos controlar, causa medo e desconforto: "O estranho significa a possibilidade de que qualquer coisa possa acontecer; e esse é um sentimento muito comum para muitos professores da contemporaneidade quando estão junto a seus alunos: qualquer coisa pode acontecer". Por todas as razões aqui expostas, esse parece ser também um sentimento dos jornalistas diante das crianças: qualquer coisa pode acontecer, pois o devir-criança é pura intensidade.

Considero, portanto, que não é concedido às crianças espaço no jornalismo para que elas possam criticar, refletir e opinar de forma livre sobre temas que lhes interessam. Por isso, elas encontraram uma linha de fuga para as redes sociais, seja como internautas, ou como produtoras de conteúdo. Não somente por conta do jornalismo que não as inclui, é claro. Há também outros motivos, que envolvem contextos econômicos, sociais, psicológicos, culturais, entre outros, que vêm sendo debatidos e podem ser ainda mais aprofundados futuramente pela área da comunicação.

Por mais que diversas críticas possam e devam ser feitas em relação ao contato das crianças com a internet; por mais que a







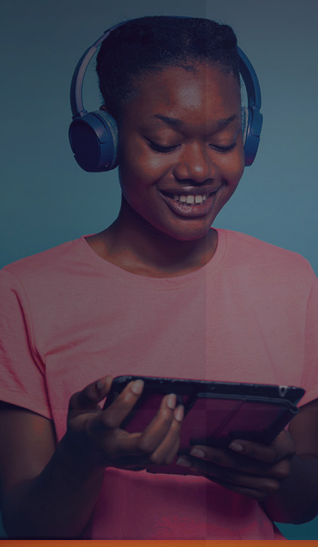
fuga por parte delas tenha relação também com um acionamento do desejo de consumo e por mais que a própria internet faça escolhas pelos sujeitos por meio dos algoritmos – tornando também esse complexo mundo das mídias digitais um espaço de confinamento no qual adultos tentam governar as crianças –, é fato que o jornalismo deixou que elas escapassem.

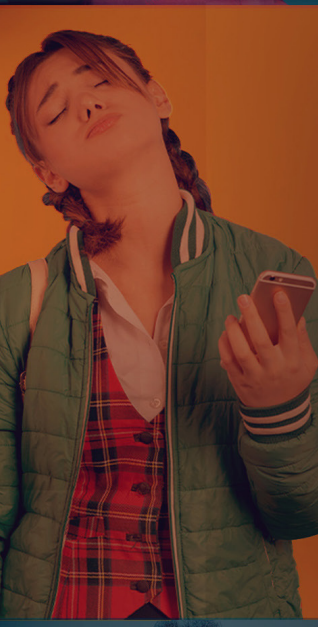
As crianças não se enxergam e não se escutam nos conteúdos jornalísticos tradicionais, e, assim, foram elas mesmas se autorrepresentar nas redes sociais. "A apropriação das mídias pelas crianças sinaliza o quanto sua presença visível e audível constrói realidades e, assim, afeta estruturas sociais" (Tomaz, 2019, p. 61). Esse é o caso de centenas de crianças que aparecem e mostram suas vozes em seus canais nas redes sociais. Se grande parte delas faz isso para tentar ganhar celebridade e dinheiro – muitas vezes pela influência de adultos –, há também uma boa parcela que vai para as redes por se sentir duplamente excluída – como as crianças negras, as indígenas, as periféricas, as com deficiência, as homossexuais, as trans, entre outras. Elas fazem parte duas vezes do que Deleuze (1992) chama de minorias: são crianças e têm uma infância excluída socialmente. Dessa forma, muitas delas têm encontrado nas redes sociais uma forma de serem ouvidas e vistas, se autogovernando, mesmo que tenham o acompanhamento de um adulto. Assim, elas cuidam de si para também representarem outras em condições iguais a elas.

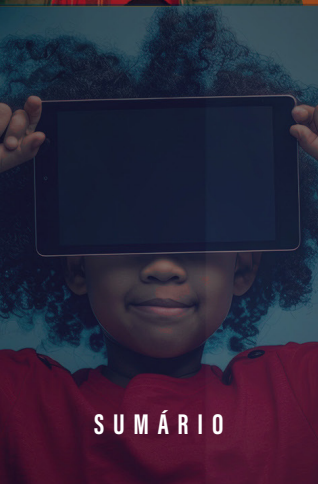
CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O JORNALISMO É INFANTOFÓBICO

Existem infâncias que escapam da compreensão e do controle dos adultos e, por isso, provocam ansiedade e medo. É o caso das que vivem nas ruas, das que cometem delitos, ou das que têm



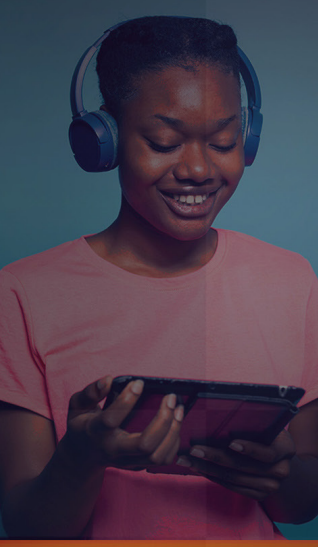


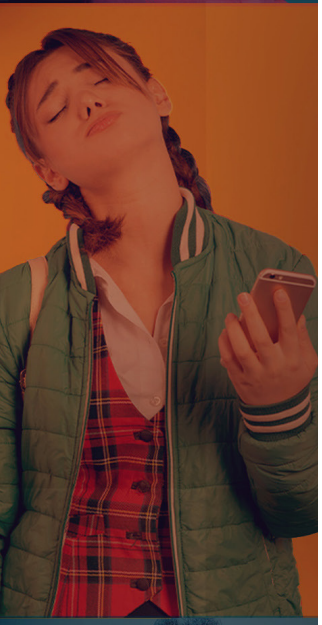


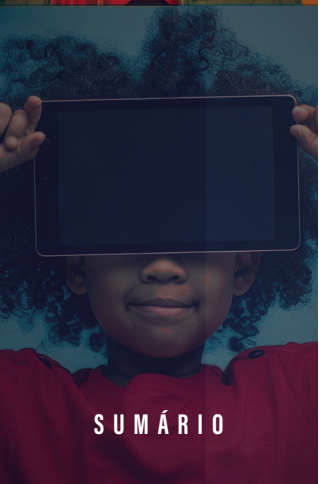
grande competência tecnológica, entre outras. Mas, para o jornalismo, todas as infâncias parecem ser temidas, pois elas pouco são representadas de fato por ele. Isso fica claro quando se constata que suas imagens – controladas pelos jornalistas – é exposta e mostrada de uma forma redutora e sua voz não é escutada. Não se pode negar que é fundamental que os jornalistas se preocupem com os cuidados que devem ter ao entrevistar crianças, ou seja, com seus direitos à proteção. Há pautas, inclusive, em que elas não devem ser entrevistadas, e isso fica claro nas recomendações do ECA (1990). Em outras, entretanto, em que são protagonistas e nas quais não irão correr o risco de exposição negativa, não existe razão para deixarem de ser incluídas como fontes. A participação é um de seus direitos, e, ao incluí-las em suas produções, os jornalistas poderão desempenhar o papel de fiscalizar também o seu direito à provisão.

O jornalismo, portanto, não só exclui as crianças da maioria de suas produções, ignorando a importância que elas têm na sociedade contemporânea, como também tem medo delas, como foi possível verificar nas reflexões propostas por este trabalho. É por isso que defendo que o jornalismo tradicional produzido no Brasil hoje é infantofóbico. O jornalismo infantofóbico é aquele que mantém as crianças como um grupo social excluído e silenciado, que é etarista e só aceita considerar a criança como fonte se ela for disciplinada e enclausurada por padrões rígidos da profissão. Entretanto, é uma ilusão achar que é possível governá-las por completo, pois as crianças sempre encontrarão linhas de fuga, como têm feito nas redes sociais ao se autorrepresentarem.

Ao considerar as noções de Foucault e de Deleuze sobre a necessidade da fuga da normatização por parte das crianças, concluo que o jornalismo infantofóbico tenta governar o desejo infantil do saber, do imaginar, do *criançar* provocado pelo devir-criança. Os novos veículos de jornalismo infantil que estão surgindo no Brasil – e no mundo – nos últimos anos podem ser um dos caminhos da reaproximação do jornalismo com as crianças, mas desde que eles







considerem todas as infâncias. Algumas iniciativas de jornalismo periférico também têm se mostrado mais inclusivas com as crianças. Mas isso não basta, pois, como alerta Buckingham (2009, p. 26), "[...] os direitos não são apenas um assunto individual, mas uma questão política – e eles precisam ser tratados ao nível das políticas públicas". As crianças precisam ter seu direito de autonomia respeitado, mas não como consumidoras, a partir de um olhar liberal, e sim como cidadãs. Ao jornalismo cabe respeitá-las e ouvi-las, caso contrário, elas não consumirão no futuro sequer conteúdos jornalísticos qualificados, pois praticamente já não os têm consumido no presente.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família** 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. *In:* SCHWAAB, Reges; TAVARES, Frederico. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

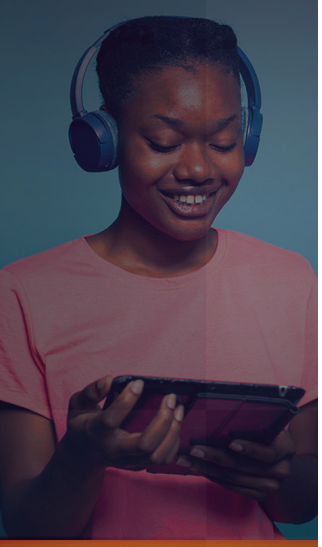
BENETTI, Marcia.Análise do discurso em jornalismo: estudos de vozes e sentidos. *In:* BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

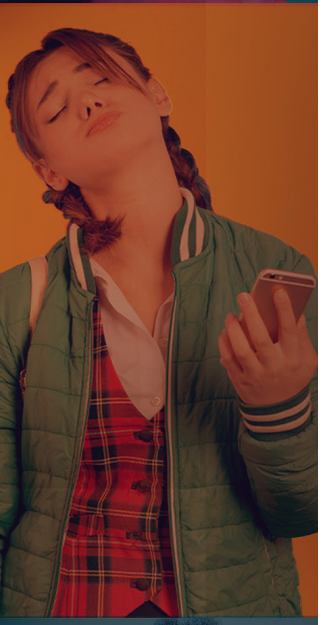
BUCKINGHAM, David. Os direitos das crianças para os *media*. *In:* PONTE, Cristina (org.). **Crianças e jovens na mídia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

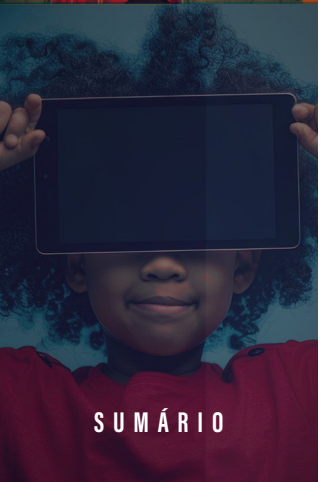
BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.







DELORME, Inês. **Domingo é dia de felicidade**: as crianças e as notícias. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DORETTO, Juliana; FURTADO, Thaís. Entrevista "interrompida": trabalho remoto, afetividade e os sentidos sobre a infância na pandemia **Galáxia** (São Paulo, *online*). v. 48, 2023, pp. 1-19.

DORETTO, Juliana; COSTA, Renata. C. O mundo da infância e a infância no mundo: vozes de crianças nas revistas brasileiras Veja e Época. **Rumores**, v. 9, n. 2, jul.-dez. 2012.

DORNELLES, Leni Vieira. Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias. *In:* V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam**: da criança na rua à criança cyber. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DORNELLES, Leni Vieira; BUJES, Maria Isabel. Alguns modos de significar a infância. *In:* DORNELLES, Leni Vieira; BUJES, Maria Isabel (orgs.). **Educação e infância**: na era da informação. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FISCHBERG, Josy. **Criança e jornalismo:** um estudo sobre as relações entre crianças e mídia impressa especializada infantil. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

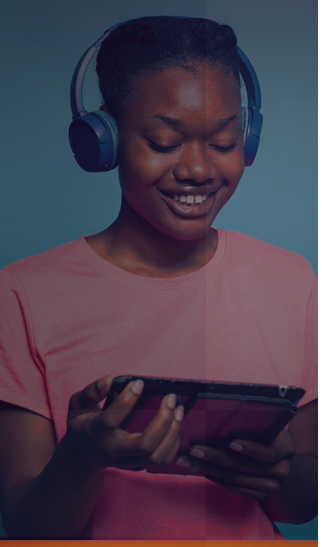
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

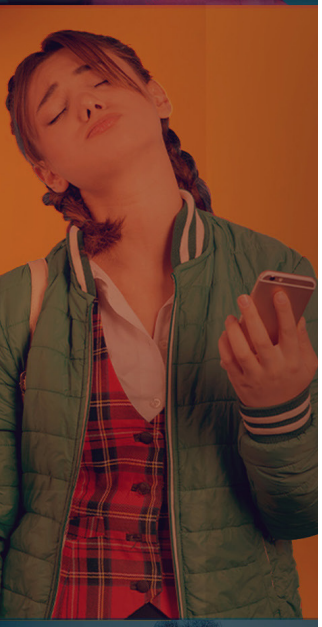
FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. **Ditos e escritos V**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

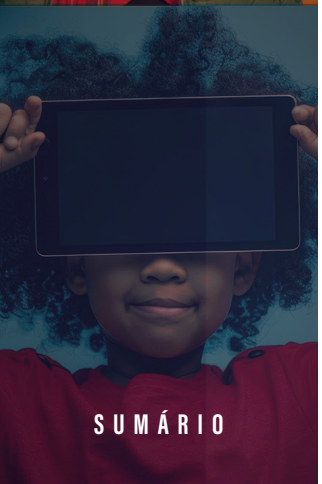
FURTADO, Thaís; DORETTO, Juliana. A representação da infância nas fotografias da revista Veja. **Anais do 32º Encontro Anual da Compós**. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 3 a 7 de julho de 2023.

FURTADO, Thaís. A infância controlada pelo jornalismo: a voz da criança como fonte institucionalizada na revista Nova Escola. Trabalho apresentado no **20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza (CE) – Novembro de 2022.

FURTADO, Thaís; GARCIA, Sophia; BRESSAN, Valentina. A inclusão e a exclusão da voz das crianças na revista Veja. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. V. 21, N. 45, mar, 2022.







FURTADO, Thaís; DORETTO, Juliana. Criança cidadã?: os manuais de redação e as orientações sobre infância e adolescência. **Mídia e Cotidiano**. Volume 14, Número 1, jan-abr de 2020

JODAR, Francisco & GÓMEZ, Lúcia. Devir-criança: experimentar e explorar outra educação. Dossiê Gilles Deleuze. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2002.

MARÔPO, Lídia. Crianças como fontes de informação: um desafio de inclusão para o jornalismo. **Vozes & Diálogos**. Itajaí, v. 14, n. 02, jul./dez. 2015.

MOMO, M. Mídia, consumo e os desafios de educar uma infância pós-moderna. *In:* DORNELLES, L.; BUJES, M.I. **Educação e infância na era da informação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade pratica reflexiva e posicionamento para superar o jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, Wagner. Publicidade como entretenimento infantil, mídias sociais e Sharenting **Alabastro: revista eletrônica dos discentes da Escola de Sociologia e Política da FESPSP**, São Paulo. Ano 10, v. 1, n. 14, 2021, p. 28-37.

PONTE, Cristina; AFONSO, Bruna. Crianças e jovens em notícia: análise da cobertura jornalística em 2005. *In:* PONTE, Cristina (org.). **Crianças e jovens na mídia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

SCHWARTZ, Fernanda; PACHECO, Janaína. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. vol. 21 no. 1 Rio de Janeiro jan./abr. 2021

SALES, Andressa; DORETTO, Juliana. "As crianças não podem saber de nada": crianças periféricas e o consumo de notícias. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**. Ano 12 – Volume 2 – Julho-Dezembro de 2018.

TOMAZ, Renata. **O que você vai ser antes de crescer?** youtubers, infância e celbridade. Salvador: EDUFBA, 2019.

VIGOTSKI, Lev. **Imaginação e criatividade na infância**. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2014.